

# Novo perfil para o Congresso

\* 8 NOV 1993

GAUDÊNCIO TORQUATO

JORNAL DE BRASÍLIA

O escândalo do Orçamento propicia um amplo debate sobre as atividades dos parlamentares e as sanções que devem receber, caso não cumpram, de maneira digna, suas funções. A normatização de padrões, com regras claras e de amplo conhecimento público, é fundamental para que o País consiga aperfeiçoar sua precária democracia representativa. A liberdade de operar a política, ao gosto de cada um, sem controles sociais programados, tem levado o sistema político a praticar ilicitudes e a estabelecer, na intestinidade, um vasto esquema de recompensas pessoais.

Os novos padrões hão que contemplar a necessidade de se abandonar o cenário dos mandos e feudos, onde o parlamentar se posiciona como proprietário de currais eleitorais ou, ainda, como comerciante de votos. O cargo de deputado e senador, nesse caso, se transforma em emprego dos mais bem remunerados do País. Dono da sua posição, o parlamentar se motiva a legislar em causa própria, uma forma de ressarcir "investimentos" realizados na campanha. A conexão entre política e negócios ocorre na esteira da ampliação do poder invisível, que come, por dentro os princípios éticos. O manto protetor da imagem parlamentar acaba sendo o obreirismo, que tem visibilidade nas estradas, pontes, escolas, creches e postos de saúde.

É assim que os parlamentares

ganham uma "aura de virtuosidade". Os habitantes das cidades os consideram como benfeitores, sem ter condições de aquilatar a "ciranda monetária" que enche cofres de empreiteiras e permite a continuidade da política clientelista. É claro que o deputado deve levar benefícios para sua comunidade. Ou seja, o papel de despachante não pode ser abandonado. Mas são questionáveis os critérios de seleção de obras, pois quase sempre as decisões estão atreladas a interesses, que redundam em votos.

Na reforma do sistema de apresentação, poder-se-á chegar a perfis parlamentares mais condizentes com as necessidades da população. O sistema distrital misto abrirá possibilidades ao deputado-despachante, que será mais cobrado e fiscalizado pela comunidade, e ao deputado-temático, preocupado com causas mais abrangentes de seu estado. Aquele, votado por uma região, este votado por todas as regiões. As propostas dos dois tipos, encaminhadas ordenadamente durante a campanha, poderão ser acompanhadas pelas bases. Para tanto, os parlamentares se obrigam a divulgar suas ações.

Caso não cumpram fielmente os programas de campanha ou sejam flagrados em atos ilícitos, deverão ser destituídos de suas funções. Nesse sentido, a proposta do deputado paulista Michel Temer (PMDB-SP) é muito oportuna. Ele

defende o voto destituente (a que chama também de recall legislativo). Um grupo de cidadãos, em número a ser fixado, oficia à Câmara Federal e solicita investigação sobre a atividade do parlamentar. Que poderá ser suspenso ou mesmo cassado, em caso de condenação. Desta forma, a sociedade teria controles mais rígidos para fiscalizar o Parlamento.

Em relação ao Senado, a discussão ainda é mais ampla. Poucos brasileiros sabem qual é a função de um senador. Como representantes dos estados, eleitos majoritariamente, os senadores, apesar de terem funções bem definidas, frequentemente fazem o papel dos deputados, atuando como despachantes municipais e regionais. E o pior é que, nos últimos anos, o Senado tem sido infestado por suplentes que assumem na vaga do titular, afastado para outra função pública. O resultado é um corpo disforme, desnivelado, sem harmonia, porque há suplentes que entram nas chapas só para preencher lacunas. Alguns tipos no Senado, sem vocação política, são exemplo das distorções do nosso sistema político.

O modelo de representação precisa ser redesenhado. Sem padrões novos, tudo ficará na mesma. A velha política tem raízes profundas. O tumor exige mais que simples agulhada.

■ Gaudêncio Torquato é jornalista, professor da USP e analista político